

POLÍCIA MILITAR NA INCONFIDÊNCIA MINEIRA

A História da Polícia Militar se confunde com a própria história do Estado de Minas Gerais e vice-versa.

No final do século XVII, Antônio Rodrigues Arzão descobriu ouro na região do atual Estado de Minas Gerais, estabelecendo-se, na prática, o regime dos quintos, conforme preconiza o Alvará de 1557. Este alvará estabelecia que de todos os metais extraídos das minas, após fundidos e apurados, a quinta parte seria do rei.

Nestes primeiros tempos, como não havia Casas de Fundição, o quinto era cobrado por meio de certificado de pagamento, sendo confiscado todo o ouro da mão de particulares que não estivessem de posse do aludido certificado.

Com a revolta chefiada por Felipe dos Santos, em 1720, contra a instalação das Casas de Fundição, a consequência imediata foi a separação da Capitania de Minas da Capitania de São Paulo.

Como a região atraía várias pessoas por causa da riqueza, foram enviadas duas Companhias de Dragões da coroa portuguesa, com o objetivo de manter a ordem, naquela localidade, além de garantir os interesses reais. Como a população das minas era urbana, e nessas terras tinha muito ouro, outra Cia de Dragões foi enviada de Portugal, em 1729, totalizando três.

Em 09 de junho de 1775, o Governador da Capitania das Minas Gerais fundiu as antigas Cias de dragões, criando o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, tropa composta por mazombos (filhos da terra), origem da hoje denominada Polícia Militar.

Vários foram os fatores que contribuíram para criação do Regimento. Dentre eles, cita-se o fato de as Cias de dragões estarem inoperantes. Na prática, embora as Cias fossem compostas por portugueses, já estavam sendo incluídos brasileiros nas suas fileiras, inclusive o próprio Alferes Tiradentes que assentou praça no ano de 1769, na guarda do Vice-Rei.

O Regimento de Cavalaria teve alguns comandantes. Contudo, o primeiro mazombo a comandá-lo foi o Ten-Cel Francisco Paula Freire de Andrade, nomeado pelo Governador Dom Rodrigo de Menezes, no ano de 1788.

O Comandante Paula Freire, ao chegar a Minas, nesse mesmo ano, para assumir o comando do Regimento, casou-se com a irmã de José Álvares Maciel. Após o laço matrimonial, foi cooptado pelo cunhado e por Tiradentes para integrar o movimento da contra a derrama.

Ao aceitar o convite, Paula Freire integrou o grupo dos ativistas, que tinha nos seus quadros, dentre outros: Tiradentes, Álvares Maciel e Padre Rolim.

Este grupo era diretamente responsável pela ação concreta para a execução dos planos, assim como as suas estratégias. Se tivessem sido desencadeadas as operações conforme o planejamento, Paula Freire seria o comandante militar das forças militares da Nova República.

As reuniões se realizavam na chácara do oficial e, em uma delas, nos primeiros dias do ano de 1789, foi estabelecido um escudo para a nova República. Segundo relatos dos inconfidentes, após várias discussões, ficou definido um triângulo representando a Santíssima Trindade, conforme consta da atual bandeira do Estado de Minas Gerais.

A última reunião antes da delação foi realizada em março do mesmo ano, quando foram acertados os detalhes finais. A chácara já era o Quartel General das operações.

Com a descoberta dos planos, instalou-se o processo conhecido como “Devassa”. O Ten-Cel Paula Freire foi preso e, em 22 de junho de 1792 foi proferida a sentença régia. Embarcou para Pedra do Encoje, em Angola, em degredo Perpétuo, em razão de sua participação no movimento. Lá, faleceu, em 1809.

O primeiro Comandante mazombo da Polícia Militar de Minas Gerais teve os seus restos mortais transladados para o Brasil em 1936, no governo do Presidente Getúlio Vargas.

Foi um homem de boa cultura, de visão à frente do seu tempo, grande dinamismo, alto espírito público e, acima de tudo, devotado amor à pátria. Mesmo sabendo das consequências dos riscos que corria, não hesitou em fazer parte do movimento em defesa dos interesses da nação.

Embora os ideais dos partícipes do momvimento, num primeiro momento, tenham dado errado, os frutos da semente que Tiradentes, Paula Freire e outros plantaram foram sendo colhidos, ao longo dos tempos. Eles deixaram, para as gerações seguintes, a Democracia na ordem do dia, sob a insígnia da trindade “*Igualdade, Liberdade e Fraternidade*” ou “*Liberdade Ainda que Tardia*”.

Flávio Augusto, Ten Cel PM

Professor de História da PMMG